

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Actos publicados na I e II Série –

NEWSLETTER DIGESTO Nº 11/2010

Disponibilização: 07 de Junho de 2010

Período abrangido: 24 de Maio a 04 de Junho de 2010

ÍNDICE TEMÁTICO

- 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
- 2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
 - **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**
 - **CAÇA**
 - **PESCAS**
- 4. CIDADANIA**
- 5. COMÉRCIO**
 - **COMÉRCIO EXTERNO**
- 6. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES**
- 7. CONSUMIDORES**
- 8. DESPORTO**
- 9. EDUCAÇÃO**
- 10. EMPRESAS**
- 11. FINANÇAS**
 - **ACTIVIDADE SEGURADORA**
 - **BANCA/ INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**
 - **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
 - **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**
 - **VALORES MOBILIÁRIOS**

12. IGUALDADE DE GÉNERO

13. JUSTIÇA

14. OBRAS PÚBLICAS

15. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**
- **MADEIRA**

16. SAÚDE

17. SEGURANÇA SOCIAL

18. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

19. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **COMUNICAÇÕES**
- **TRANSPORTES**

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[DESPACHO n.º 8764/2010, de 24 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA)

Regras de aplicação de verbas dos orçamentos dos governos civis

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[DESPACHO n.º 8732/2010, de 24 de Maio](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Determina que o Instituto do Desporto de Portugal inclua, nos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, normas que estabeleçam limites às remunerações atribuídas aos membros dos corpos sociais das entidades financiadas por aquele Instituto

[PORTARIA n.º 290-A/2010, de 27 de Maio](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Primeira alteração à Portaria n.º 172-B/2010, de 22 de Março, que regulamenta o novo Programa de Estágios Profissionais na Administração Central do Estado (PEPAC)

[DESPACHO n.º 9221-A/2010, de 28 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Prorrogação da fase de selecção dos candidatos à primeira edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central do Estado (PEPAC), até ao dia 1 de Junho de 2010

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

[DESPACHO n.º 8768/2010, de 24 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Determina, quanto à campanha de ajudas de 2009, o afastamento da aplicação do disposto no n.º 1.2 do artigo 1.º do despacho normativo n.º 4/2009, de 21 de Janeiro

[DESPACHO NORMATIVO n.º 13/2010, de 25 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Redução do montante total dos pagamentos directos e dos pagamentos referidos no n.º 2 do artigo 55.º do Regulamento (CE) n.º 1122/2009, da Comissão, de 30 de Novembro, aos

agricultores que não declarem a totalidade da superfície da exploração no pedido único de ajudas previsto no artigo 19.º do Regulamento (CE) n.º 73/2009, do Conselho, de 19 de Janeiro

[DESPACHO n.º 9000/2010, de 26 de Maio](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS E DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Fixa o tarifário que estabelece o preço da água destinada a rega para uso agrícola fornecida pela EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S. A., no âmbito do serviço público de águas do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA)

[DESPACHO NORMATIVO n.º 14/2010, de 26 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Estabelece a possibilidade de celebração de protocolos entre o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., e entidades reconhecidas ao abrigo do despacho normativo n.º 2/2009, de 22 de Dezembro de 2008, para efeitos de execução das operações respeitantes à recepção dos pedidos de pagamentos relativos ao PRODER

[DECRETO-LEI n.º 54/2010, de 28 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Modifica os requisitos para a rotulagem nutricional dos géneros alimentícios, no que diz respeito às doses diárias recomendadas, aos factores de conversão de energia e às definições, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2004, de 7 de Julho, e transpõe a Directiva n.º 2008/100/CE, da Comissão, de 28 de Outubro

- **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**

[PORTARIA n.º 299/2010, de 02 de Junho](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Concede, excepcionalmente, até 15 de Outubro de 2010, uma extensão do período de produção de efeitos do seguro de colheitas para a cultura do tomate para a indústria

- **CAÇA**

[PORTARIA n.º 286/2010, de 26 de Maio](#)

(MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS E DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Fixa a percentagem das receitas provenientes das taxas cobradas pela concessão e manutenção de zonas de caça em áreas classificadas e do montante líquido das licenças de

caça cobradas, que constituem receitas do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.)

[PORTARIA n.º 288/2010, de 27 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Define as espécies cinegéticas às quais é permitido o exercício da caça e fixa os períodos, os processos e outros condicionamentos para a época venatória de 2010-2011

- **PESCAS**

[PORTARIA n.º 301/2010, de 02 de Junho](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Aprova o Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Actividades de Pesca de Pescada Branca do Sul e do Lagostim, previsto na Medida de Cessação Temporária das Actividades de Pesca, eixo prioritário n.º 1 do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR)

4. CIDADANIA

[LEI n.º 9/2010, de 31 de Maio](#)

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo

[DESPACHO n.º 9385/2010, de 02 de Junho](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Alteração ao despacho n.º 18475/2008, de 10 de Julho, que aprova o regulamento que define o regime de acesso aos apoios concedidos pelo POPH às acções de investigação, sensibilização e promoção de boas práticas do eixo n.º 6

5. COMÉRCIO

- **COMÉRCIO EXTERNO**

[DECRETO-LEI n.º 57/2010, de 01 de Junho](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Cria o Fundo de Apoio à Internacionalização e Exportação, que visa apoiar operações de desenvolvimento das pequenas e médias empresas portuguesas em mercados internacionais

6. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

[DECRETO-LEI n.º 55/2010, de 31 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de Maio, que fixa as condições de construção, certificação e exploração dos aeródromos civis nacionais, estabelece os requisitos operacionais, administrativos, de segurança e de facilitação a aplicar nessas infra-estruturas e procede à classificação operacional dos aeródromos civis nacionais para efeitos de ordenamento aeroportuário

7. CONSUMIDORES

[DECRETO-LEI n.º 54/2010, de 28 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Modifica os requisitos para a rotulagem nutricional dos géneros alimentícios, no que diz respeito às doses diárias recomendadas, aos factores de conversão de energia e às definições, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2004, de 7 de Julho, e transpõe a Directiva n.º 2008/100/CE, da Comissão, de 28 de Outubro

[DECRETO-LEI n.º 56/2010, de 01 de Junho](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece limites à cobrança de quantias pela prestação do serviço de desbloqueamento dos aparelhos que permitem o acesso a serviços de comunicações electrónicas, garantindo os direitos dos utilizadores e promovendo uma maior concorrência neste sector

8. DESPORTO

[DESPACHO n.º 8732/2010, de 24 de Maio](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Determina que o Instituto do Desporto de Portugal inclua, nos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, normas que estabeleçam limites às remunerações atribuídas aos membros dos corpos sociais das entidades financiadas por aquele Instituto

9. EDUCAÇÃO

[DESPACHO n.º 8783/2010, de 24 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Determina a continuidade do Programa de Formação Contínua em Matemática para os professores dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico

[DESPACHO n.º 8818/2010, de 24 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR)

Aprova o calendário para os regimes especiais de acesso ao ensino superior em 2010

[DESPACHO n.º 8819/2010, de 24 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR)

Aprova o calendário para os concursos especiais de acesso ao ensino superior em 2010

10. EMPRESAS

[DECRETO-LEI n.º 57/2010, de 01 de Junho](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Cria o Fundo de Apoio à Internacionalização e Exportação, que visa apoiar operações de desenvolvimento das pequenas e médias empresas portuguesas em mercados internacionais

11. FINANÇAS

• ACTIVIDADE SEGURADORA

[DECRETO-LEI n.º 52/2010, de 26 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Aprova normas processuais e critérios para a avaliação prudencial dos projectos de aquisição e de aumento de participações qualificadas em entidades do sector financeiro, transpondo a Directiva n.º 2007/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Setembro

[PORTARIA n.º 299/2010, de 02 de Junho](#)

(MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Concede, excepcionalmente, até 15 de Outubro de 2010, uma extensão do período de produção de efeitos do seguro de colheitas para a cultura do tomate para a indústria

• BANCA/ INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS

[DECRETO-LEI n.º 52/2010, de 26 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Aprova normas processuais e critérios para a avaliação prudencial dos projectos de aquisição e de aumento de participações qualificadas em entidades do sector financeiro, transpondo a Directiva n.º 2007/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Setembro

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[DESPACHO n.º 8843-A/2010, de 24 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Clarifica as dúvidas suscitadas a propósito do teor do despacho n.º 8603-A/2010 (tabela de retenção do IRS)

[ACÓRDÃO n.º 135/2010, 25 de Maio](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Não julga inconstitucional a norma do artigo 5.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto (relativo às condições em que se podem realizar as operações de recuperação de créditos fiscais e da segurança social) quando interpretada no sentido de que só com a prolação do despacho de exclusão se dá a cessação do efeito suspensivo do prazo prescricional

[PORTARIA n.º 293/2010, de 31 de Dezembro](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Revoga o n.º 9.º da Portaria n.º 523/2003, de 4 de Julho, que aprova o modelo da declaração de pagamento de retenções na fonte de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e do imposto do selo (IS)

- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

[DECLARAÇÃO n.º 119/2010, de 04 de Junho](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Conta provisória de Janeiro a Março de 2010

- **VALORES MOBILIÁRIOS**

[DECRETO-LEI n.º 52/2010, de 26 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA)

Aprova normas processuais e critérios para a avaliação prudencial dos projectos de aquisição e de aumento de participações qualificadas em entidades do sector financeiro, transpondo a Directiva n.º 2007/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Setembro

12. IGUALDADE DE GÉNERO

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 39/2010, de 25 de Maio](#)

(PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS)

Aprova o quadro de referência do Estatuto das Conselheiras e dos Conselheiros Locais para a Igualdade

13. JUSTIÇA

[PORTARIA n.º 282/2010, de 25 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Aprova os regulamentos dos procedimentos de selecção de mediadores de conflitos para prestar serviços de mediação nos julgados de paz e no âmbito dos sistemas de mediação familiar e laboral e revoga a Portaria n.º 479/2006, de 26 de Maio

[ACÓRDÃO n.º 153/2010, de 25 de Maio](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Não julga inconstitucional o artigo 9.º da Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro, na dimensão em que proíbe a aplicação aos processos pendentes do disposto nos artigos 1906.º e 1907.º, por remissão do artigo 1912.º, n.º 1, todos do Código Civil, na redacção daquela lei

[ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO n.º 4/2010, de 26 de Maio](#)

(SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO)

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: as acções administrativas especiais - e as respectivas providências cautelares - onde é pedida a anulação ou a declaração de nulidade de actos administrativos, em que um dos autores reside em Portugal e o outro reside no estrangeiro, podem ser intentadas no tribunal da residência habitual ou sede do autor em Portugal ou no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, cabendo aos autores essa escolha

[ACÓRDÃO n.º 166/2010, de 28 de Maio](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Julga inconstitucional a norma que resulta das disposições conjugadas da alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º e do n.º 3 do artigo 252.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário e dos artigos 201.º, 904.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 909.º do Código de Processo Civil, quando interpretada «no sentido de dispensar a audição dos credores providos com garantia real nas fases de venda ordenada pelos Serviços de Finanças e, fundamentalmente, quando é ordenada a venda por negociação particular e feita a adjudicação consequente»

14. OBRAS PÚBLICAS

[DECRETO-LEI n.º 55/2010, de 31 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de Maio, que fixa as condições de construção, certificação e exploração dos aeródromos civis nacionais, estabelece os requisitos operacionais, administrativos, de segurança e de facilitação a

aplicar nessas infra-estruturas e procede à classificação operacional dos aeródromos civis nacionais para efeitos de ordenamento aeroportuário

15. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 19/2010/A, de 25 de Maio](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios e informação pública sobre o estado do ambiente, regula o apoio às organizações não governamentais de ambiente e altera a composição e normas de funcionamento do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CRADS)

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 20/2010/A, de 31 de Maio](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Estabelece as regras e princípios gerais aplicáveis à aquisição de espaços informativos e de publicidade em órgãos de comunicação social pelos serviços da administração regional e local, na Região Autónoma dos Açores

- **MADEIRA**

[DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL N.º 2/2010/M, de 26 de Maio](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO)

Executa o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2010

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 9/2010/M, de 04 de Junho](#)

(REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2009/M, de 12 de Janeiro, que adapta à administração regional autónoma da Madeira a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas

16. SAÚDE

[PORTARIA n.º 283/2010, de 25 de Maio](#)

(MINISTÉRIOS DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO E DA SAÚDE)

Quinta alteração à Portaria n.º 1016-A/2008, de 8 de Setembro, que reduz os preços máximos de venda ao público dos medicamentos genéricos

[DESPACHO n.º 8905/2010, de 25 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Altera o anexo do despacho n.º 10910/2009, de 22 de Abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 83, de 29 de Abril de 2009, referente à comparticipação de medicamentos para o tratamento da infertilidade, em especial os da procriação medicamente assistida

[DECRETO-LEI n.º 54/2010, de 28 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Modifica os requisitos para a rotulagem nutricional dos géneros alimentícios, no que diz respeito às doses diárias recomendadas, aos factores de conversão de energia e às definições, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2004, de 7 de Julho, e transpõe a Directiva n.º 2008/100/CE, da Comissão, de 28 de Outubro

17. SEGURANÇA SOCIAL

[ACÓRDÃO n.º 135/2010, 25 de Maio](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Não julga inconstitucional a norma do artigo 5.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto (relativo às condições em que se podem realizar as operações de recuperação de créditos fiscais e da segurança social) quando interpretada no sentido de que só com a prolação do despacho de exclusão se dá a cessação do efeito suspensivo do prazo prescricional

[PORTARIA n.º 294/2010, de 31 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Primeira alteração à Portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro, que regula as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+»

18. TRABALHO

[DESPACHO n.º 9159/2010, de 28 de Maio](#)

(Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social)

Estabelece os procedimentos a desenvolver pelo IEFP para se promover o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego

[PORTARIA n.º 298/2010, de 01 de Junho](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Primeira alteração à Portaria n.º 127/2009, de 30 de Janeiro, que cria e regula o funcionamento dos gabinetes de inserção profissional

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

[DESPACHO n.º 8776/2010, de 24 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Altera o regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 3.1.1, «Programa de formação-acção para PME

[PORTARIA n.º 285/2010, de 25 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Altera o Regulamento da Medida INOV-SOCIAL, aprovado pela Portaria n.º 154/2010, de 11 de Março

[DESPACHO n.º 9386/2010, de 02 de Junho](#)

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Alteração ao despacho n.º 18231/2008, de 8 de Julho, que aprovou o regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 5.3, «INOV Contacto», do eixo n.º 5, «Apoio ao empreendedorismo e à transição para a vida activa», do POPH

19. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **COMUNICAÇÕES**

[DECRETO-LEI n.º 56/2010, de 01 de Junho](#)

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece limites à cobrança de quantias pela prestação do serviço de desbloqueamento dos aparelhos que permitem o acesso a serviços de comunicações electrónicas, garantindo os direitos dos utilizadores e promovendo uma maior concorrência neste sector

- **TRANSPORTES**

[DECRETO-LEI n.º 55/2010, de 31 de Maio](#)

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de Maio, que fixa as condições de construção, certificação e exploração dos aeródromos civis nacionais, estabelece os requisitos operacionais, administrativos, de segurança e de facilitação a aplicar nessas infra-estruturas e procede à classificação operacional dos aeródromos civis nacionais para efeitos de ordenamento aeroportuário